



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681168 - MG (2021/0225074-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LIDIA DE PAULA ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LIDIA DE PAULA ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, nos autos dos Embargos de Declaração n. 1.0702.14.057684-5/002.

A paciente cumpre pena privativa de liberdade de 21 anos, atualmente em regime fechado, pela prática dos crimes descritos nos art. 244-B, *caput*, da Lei 8069/90 e art. 157, § 3º, II, do Código Penal.

Aduz a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, ao julgar o agravo em execução da defesa negando-lhe provimento, bem como os embargos de declaração opostos e rejeitados.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 35):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM EXECUÇÃO –OMISSÃO –MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA –PRESCRIÇÃO DE FALTA GRAVE –APLICAÇÃO ANALÓGICA DO CÓDIGO PENAL –NECESSIDADE DO TRANSCURSO DO LAPSO TEMPORAL DE 03 (TRÊS) ANOS –PRAZO NÃO ALCANÇADO –PRESCRIÇÃO NÃO RECONHECIDA –ARTIGO 122, §7º, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL –DISPOSITIVO QUE TRATA DA REABILITAÇÃO DO REEDUCANDO –INSTITUTO QUE SE DIFERE DA PRESCRIÇÃO –NÃO ACOLHIMENTO –ABSOLVIÇÃO DAS FALTAS GRAVES –REDISCUSSÃO –IMPOSSIBILIDADE –PRISÃO DOMICILIAR –INOVAÇÃO RECURSAL –NÃO CABIMENTO –EMBARGOS REJEITADOS. – Diante da ausência de legislação específica que regulamente a prescrição da falta disciplinar, é pacífico na jurisprudência a aplicação do menor prazo prescricional previsto no art. 109 do Código Penal, após a edição da Lei nº 12.234/2010, qual seja, de 03 (três) anos. –Não transcorrido o prazo prescricional trienal, desde a prática da última infração disciplinar reconhecida até a data de seu

reconhecimento, não há que se falar em prescrição.—Ausente qualquer vício no acórdão a ensejar a modificação do julgado, é medida de rigor a rejeição dos embargos de declaração.

Alega, em síntese, que a última falta grave cometida pela paciente foi em 16/2/2020 e já houve a devida reabilitação dela e que não há registro de falta grave homologada em seu desfavor nos últimos 12 meses. Por fim, afirma ser mãe de um filho de 6 anos de idade. Defende que cuida sozinha da filha, haja vista o pai da criança também está preso.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que o acórdão recorrido seja cassado e afastada o reconhecimento da falta grave e subsidiariamente, seja colocada em prisão especial domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente